

FELIPE MILANEZ FABRICIO LYRIO SANTOS

GUERRAS DA CONQUISTA

DA INVASÃO DOS PORTUGUESES ATÉ OS DIAS DE HOJE



RIO DE JANEIRO, 2021

Copyright © 2021 por Felipe Milanez e Fabricio Lyrio Santos

Todos os direitos desta publicação são reservados à Casa dos Livros Editora LTDA. Nenhuma parte desta obra pode ser apropriada e estocada em sistema de banco de dados ou processo similar, em qualquer forma ou meio, seja eletrônico, de fotocópia, gravação etc., sem a permissão dos detentores do copyright.

Diretora editorial: *Raquel Cozer*

Coordenadora editorial: *Malu Poleti*

Editoras: *Diana Szylit e Fabiana Grazioli Medina*

Preparação: *Laura Folgueira*

Revisão: *Bonie Santos e Andréa Bruno*

Capa: *Douglas Lucas*

Projeto gráfico: *Anderson Junqueira*

Diagramação: *Abreu's System e Mayara Menezes*

Tratamento de imagens: *Juca Lopes*

Ilustração da capa: *Mauricio Negro*

Produção do e-book: *Ranna Studio*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Angélica Ilacqua CRB-8/7057

M584g

Milanez, Felipe

Guerras da conquista: da invasão dos portugueses até os dias de hoje / Felipe Milanez, Fabricio Lyrio Santos. — Rio de Janeiro: HarperCollins, 2021.

304 p. : il. (Guerras do Brasil /Luiz Bolognesi)

Bibliografia

ISBN : 978-65-5511-113-2

1. Brasil - História 2. Brasil - História - Independência, 1822 I.
Título II. Santos, Fabricio Lyrio III. Bolognesi, Luiz.

21-0439

CDD: 981.03

CDU: 94(81)

Os pontos de vista desta obra são de responsabilidade de seus autores, não refletindo necessariamente a posição da HarperCollins Brasil, da HarperCollins Publishers ou de sua equipe editorial.

Rua da Quitanda, 86, sala 218 — Centro
Rio de Janeiro, RJ — CEP 20091-005
Tel.: (21) 3175-1030
www.harpercollins.com.br

A Cunhambebe, o principal, o grande tupinambá, nossa onça-guia, nosso *tio*, o *Iauaretê*, e a todas as lideranças indígenas que resistiram e continuam resistindo, mobilizando seus povos para enfrentar velhas e novas guerras de conquista.

Em memória das 899 pessoas indígenas levadas abruptamente pela covid-19 em 2020, num momento de grande dor para a humanidade.

APRESENTAÇÃO

Sem compreendermos de onde viemos e por que vivemos como vivemos, somos incapazes de influenciar nosso próprio destino. Rumamos à deriva, como uma caravela sem sol nem estrelas, uma aeronave sem GPS nem radar. Entender o passado e ter consciência dos fatos históricos que pariram nossa realidade é imprescindível para transformar o presente num futuro melhor.

Foi com esse sentimento que decidi produzir e dirigir a série *Guerras do Brasil.doc*, que estreou em 2019 e se aprofunda na série de livros da qual faz parte este *Guerras da conquista*. Os documentários permitem um primeiro voo sobre os temas, enquanto os livros proporcionam um mergulho intenso, com a possibilidade de ver mais paisagens, conhecer melhor os personagens, sentir a temperatura dos conflitos que empurraram o país para a encruzilhada em que vivemos hoje.

Não podemos esquecer que, enquanto aconteciam, os fatos do passado eram presente. No momento em que a história acontece, ela é um *thriller* de suspense, porque os personagens tomam decisões sem saber no que vão dar. É assim que leio livros de história desde os 7 anos: como quem mergulha numa série de suspense. Mas há uma diferença eletrizante e angustiante: tudo é real. Diante de um livro de história, sentado no banco do ônibus ou deitado na rede de casa, percebo que sou o resultado dos acontecimentos que estão narrados ali.

A série de livros *Guerras do Brasil.doc* é fruto de dois anos de pesquisas em fontes primárias e interpretações de historiadores, antropólogos, filósofos, jornalistas e até psicanalistas, respeitando os lugares de fala dos pensadores e historiadores. A maneira de contar a história une o rigor histórico ao esforço de produzir uma narrativa emocionante, desafiadora, repleta de dilemas, enigmas e questões polêmicas, como a vida.

Um aspecto muito importante é que, ao mesmo tempo que se preocupam em fazer uma narrativa dinâmica e envolvente, os autores levam em conta o fato de que a história também é uma luta de diferentes interpretações. Quando realizei os documentários, entrevistei historiadores e especialistas de diversos matizes ideológicos. Ouvimos historiadores das linhas de pensamento crítico-progressista, liberal e conservadora. Do mesmo modo, os autores que convidei para escrever esta série pesquisaram em diversas fontes e distintas interpretações. O que você vai encontrar neste livro é o resultado de um mergulho ético e apaixonado nos acontecimentos que, ao longo dos séculos, moldaram o Brasil de hoje.

Ao contrário do que muitos dizem, o Brasil não é, nem nunca foi, um país pacífico. Essa tentativa de construir, pela linguagem, uma percepção de país que se opõe às suas características históricas, ou seja, o mito de que somos todos irmãos, amáveis, tranquilos e vivemos em paz num território abençoado, é uma mentira construída por aqueles que desejam que tudo continue como está, com uma minúscula elite econômica desfrutando todas as riquezas e opulências enquanto a imensa maioria do país vive em condições abaixo da dignidade aceitável, sem acesso à infraestrutura de água, saneamento, saúde, alimentação, transporte, educação, cultura e lazer. Ao contrário da narrativa oficial de que o Brasil é

pacífico, os fatos históricos apresentam um país marcado por guerras e conflitos violentos.

Muito antes de os europeus chegarem, os conflitos se desdobravam entre os povos nativos ao longo de nosso território de diferentes modos e por motivos distintos. Os povos tupis, por exemplo, estavam envolvidos em guerras de vingança com um poderoso sentido simbólico e cosmogônico, enquanto outros povos viviam em razoável tranquilidade. O processo colonizador introduziu uma forma de violência homogênea, organizada em constantes brutalidade e controle do Estado sobre a população, sendo marcado por massacres e guerras em sequência até desembocar na realidade atual, em que, todos os anos, morrem aproximadamente 60 mil jovens de “morte matada”, em sua maioria negros e “pardos”, como definem os boletins policiais.

A maior guerra das Américas em número de mortos foi a chamada Guerra do Paraguai, um conflito deflagrado pelo choque de interesses entre o tirano paraguaio Solano López e o imperador brasileiro Pedro II pelo controle político do Uruguai. Soldados em farrapos lutaram contra indígenas guaranis do lado paraguaio para defender interesses desses dois líderes brancos mimados. O conflito trágico levou à morte mais de 300 mil pessoas, inclusive mulheres e crianças.

Entre as inúmeras consequências dessa guerra, a ascensão da classe militar nos bastidores políticos é uma que marca a história do nosso país até os dias atuais. A partir desse conflito, os militares brasileiros passaram a protagonizar intervenções golpistas na vida política do país com frequência. Tanto a derrubada da monarquia, em 1889 — que colocou a aristocracia agrária no controle do Executivo por quarenta anos —, quanto o golpe de 1930 — que traria modernizações importantes à vida política e econômica do país, deslocando o

controle da aristocracia agrária do Executivo para o Legislativo, onde está aninhada até os dias de hoje — foram movimentos protagonizados por militares. Em 1889, marechais; em 1930, tenentes.

Nossa história é a história de uma colonização feita por meio de repressão e controle violento de corpos e comunidades, em que se sobressaem tanto ações diretas dos aparelhos oficiais do Estado quanto a subcontratação de milícias, que vêm agredindo e matando aqueles que a elite socioeconômica deseja eliminar ou disponibilizar para servi-la, desde o período dos bandeirantes, nos séculos XVI e XVII, até as milícias urbanas, como o Escritório do Crime, nos dias atuais. Esta série de livros acaba com a “história pra boi dormir” e proporciona um mergulho nos acontecimentos reais para podermos recuperar nossa memória e entender o que somos, o que desejamos mudar e aonde ir. Boa viagem pela sua história!

Luiz Bolognesi, roteirista e diretor da série *Guerras do Brasil.doc*. Formado em Jornalismo pela PUC-SP, trabalhou na *Folha de S.Paulo* e na Rede Globo.

1. QUANDO FOI QUE A GENTE DECLAROU A PAZ?

HISTÓRIAS DO BRASIL CONTRÁRIAS ÀQUELA ESCRITA POR UMA ÚNICA VOZ

○ Brasil não foi descoberto; o Brasil foi inventado e, então, invadido. Uma história tão violenta que poderíamos dizer, seguindo uma frase conhecida de Ailton Krenak, brilhante intelectual ameríndio, que ele “foi construído sobre um cemitério”. Essa invasão continua, assim como perdura até hoje a invenção fantasiosa de um passado que não existiu, um passado mítico, idealizado, que serve apenas para justificar ou encobrir formas de dominação do presente, como o racismo, o sexismo e a economia extrativista controlada por uma pequena elite, estruturadas ainda como no antigo sistema colonial.

Inventar esse passado não é algo inocente. É um jeito de pensar e contar uma história que permite que a invasão continue ocorrendo sem ser percebida, na forma de violência política contra as lideranças indígenas, uma guerra em curso disfarçada de democracia. Cada vez mais violenta, essa guerra piora ano após ano, como se caminhássemos para uma tentativa de “ofensiva final”, como descreveu o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro,¹ num crescente contexto de ódio, racismo e fascistização social, mais exposto e agressivo depois que Jair Bolsonaro se tornou presidente da República, no início

de 2019. Naquele ano, foram sete as lideranças assassinadas: Francisco de Souza Pereira (tuxaua do povo tucano),² Willames Machado Alencar (tuxaua do povo tuiuca), Emyra (cacique do povo wajãpi), Carlos Alberto Oliveira de Souza (tuxaua do povo apurinã), o “guardião da floresta” Paulo Paulino, o cacique Firmino Praxede (o “Lobo Mau”), Raimundo Benício e Erisvan Soares — os quatro últimos todos do povo tenetehara-guajajara. Em meio à pandemia do novo coronavírus, em 2020, Zezico Rodrigues, também do povo tenetehara-guajajara, e Ari, do povo uru-eu-wau-wau, em Rondônia, dois líderes que eram professores e intelectuais de dois povos tupis contemporâneos, foram assassinados por pistoleiros a mando de algum interessado em se apropriar dos recursos naturais de seus territórios. Assassinatos, emboscadas, guerras contra povos indígenas em meio a epidemias — tudo isso configura uma tragédia recorrente na história do Brasil. Uma mentalidade de conquista que não ficou no passado.

Essa ideia de escrever e reescrever um início, inventar uma data de origem dos fatos que marcam o mundo eurocêntrico, repete-se em paralelo com interesses econômicos e as formas de poder e dominação. A narrativa de que tudo começou num grande dia de descoberta ignora o cotidiano das relações de opressão e violência que construíram o sistema colonial. É uma narrativa evolucionista, como se tudo nos levasse a algum lugar projetado como ideal, perspectiva antagônica à ideia de tempo circular, não linear, ameríndio, tempo que não caminha em uma direção. Nessas outras temporalidades, o passado pode nunca ser muito distante — em algumas línguas, nem sequer se conjugam verbos no passado ou no futuro. O tempo é uma construção social, e existem diferentes possibilidades de marcar a distância entre os acontecimentos e seus impactos na vida. Quem já vivia neste território brasileiro e viu, por meio da

memória oral de seus antepassados, a invasão europeia chegar tem outra forma de narrar a história e, em geral, destaca o cotidiano de opressão em detrimento de acontecimentos isolados.

Essa opressão cotidiana é como um desencontro permanente do contato — em vez de demarcar esse acontecimento, poderiam ser demarcados os encontros que, como reflete Krenak, depois de tanto tempo ainda não aconteceram. “Quando a data de 1500 é vista como marco, as pessoas podem achar que deviam demarcar esse tempo e comemorar ou debaterem de uma maneira demarcada de tempo o evento de nossos encontros. Os nossos encontros, eles ocorrem todos os dias e vão continuar acontecendo.”³ Esse encontro poderia acontecer pelo reconhecimento do Outro, da diversidade e da riqueza das diferenças, uma oportunidade de encontros entre povos em um mundo comum e compartilhado.

Guerra, poder e política estão diretamente imbricados e compõem o quadro de invasão e invenção do Brasil. A conquista de novas terras e a implantação de um sistema de dominação sobre a população nativa são movimentos de expansão da Europa que envolveram, e ainda envolvem, invasão e grilagem de terras, espoliação de povos que vivem em seus territórios de ocupação tradicional, massacres, expulsões forçadas, contratação de pistoleiros para aterrorizar famílias e matar lideranças, e submissão da população a um brutal sistema de dominação baseado no racismo.

Em um estudo sobre a história do autoritarismo brasileiro, a filósofa paulista Marilena Chaui, uma das intelectuais mais influentes do país, afirma: “A América não estava aqui à espera de Colombo, assim como o Brasil não estava aqui à espera de Cabral”. O Brasil e a América não são descobertas nem “achamentos”; são “invenções históricas e construções

culturais”. As narrativas do descobrimento e da colonização ajudam a encobrir a realidade, constituindo o “mito fundador” da nação brasileira.⁴

É complexo o que aconteceu — e ainda acontece — no Brasil, e não dá para explicar essa história conflituosa apenas pelo pensamento europeu e pela narrativa linear da história a partir da visão dos vencedores: é preciso ouvir os povos ameríndios e de matriz africana. Nem o conceito de política nem o de guerra, pensados sob uma visão unicamente europeia, servem para explicar a dinâmica de dominação e resistência contra a conquista e a colonização do Brasil.

No pensamento europeu, ficou marcado o aforismo do militar prussiano Carl von Clausewitz, do início do século XIX, de que a guerra era a continuação da política por outros meios; no século XX, o filósofo francês Michel Foucault inverteu essa ideia ao identificar que, na história das sociedades europeias, o poder político é o que reprime; e a política é a continuação da guerra por outros meios. Na língua portuguesa, “guerra” significou inicialmente, de acordo com o primeiro vocabulário escrito por Raphael Bluteau, em 1712, “uma execução de vontades discordes, entre príncipes, Estados, ou Repúblicas, que, não admitindo razões, só com armas se decide”.⁵ Nas discordâncias entre os príncipes ou os Estados, é pelas armas — sem razões — que se decidem as vontades que devem prevalecer.

Guerra e paz, nas sociedades ameríndias, têm outros significados sociais e históricos. Podem ser motores da sociedade, relacionados com a formação das identidades, das alteridades, da diferenciação entre os povos, entre outras funções e sentidos. Sobretudo, são também parte do mundo espiritual, relacionado à cosmologia de cada povo, envolvendo a ação e as intervenções de sujeitos humanos e não humanos.

Guerra e paz têm um sentido de vingança e o objetivo de honrar os antepassados, com consequências e objetivos bastante diferentes da perspectiva europeia. De forma geral, entre os tupis, a vida social era organizada pela vingança, sem acumulação de bens ou de poder — portanto, a guerra não tinha esse fim. No máximo, ganhavam-se prestígio social e tranquilidade espiritual para uma vida pós-morte numa “Terra sem Mal”. Já na Europa, guerra e política serviam principalmente para dominar populações, aumentar riquezas, arrecadar impostos e conquistar súditos e territórios para os reinos, a fim de expandir a religião cristã e um modelo civilizacional.

Desde que essas duas visões de guerra se encontraram, elas nunca foram plenamente alinhadas nem aliadas. Caminhavam em paralelo: a mentalidade dos capitães e colonos europeus era diferente da dos morubixabas,⁶ mas ambos poderiam, em alguns casos concretos, se servir mutuamente diante de inimigos comuns. Logicamente, o destino dos prisioneiros, em seguida das vitórias, era sempre um motivo de disputa: deveriam servir como escravos e súditos ou ser ritualmente devorados?

Foi estratégico para os europeus, tanto os religiosos quanto os colonizadores, manter as guerras e, inclusive, incentivar e beneficiar-se dos conflitos ameríndios. Mas desde que mudassem sua essência, fosse impedindo a antropofagia e a vingança, fosse servindo ao extermínio de populações ou à captura de cativos entre os sobreviventes.

De forma geral, a Europa tentou contar a história de que se expandiu e dominou o mundo por suposta superioridade militar, organizada devido a uma maior sofisticação política pelo surgimento dos Estados-nação, capazes de financiar exércitos numerosos e poderosos, os quais teriam se

aperfeiçoado diante da intensa competição das guerras internas europeias. Mas não foi bem assim. Aquelas formas de guerra eram diferentes das colocadas em prática no Novo Mundo e das exercidas na Ásia ou no continente africano. A versão comumente contada é um mito eurocêntrico que visa limpar o passado e inventar falsos heróis. No caso da conquista do território onde se inventou o Brasil, foram fatores-chave as doenças epidêmicas, que dizimaram grande parte da população nativa, e uma ampla política de alianças com chefias locais. Poucas foram as batalhas lideradas pelo Exército português; muitas foram conduzidas pelo que hoje chamamos de milicianos e pistoleiros, os bugreiros coloniais e modernos, os bandeirantes e sertanistas, empresários inescrupulosos patrocinadores dos serviços de morte realizados por mercenários cruéis.

Ailton Krenak ironiza esse mito de que os europeus chegaram com força:

quando os europeus chegaram aqui, todos poderiam ter morrido de inanição, escorbuto ou qualquer outra pereba nesse litoral, caso essa gente que diziam não ter cultura não os tivesse acolhido, os ensinados a andar aqui e dado comida a eles, porque os caras não sabiam nem pegar um caju. Eles não sabiam nem que caju era comida. E chegaram aqui famélicos, doentes. Darcy Ribeiro diz que eles fediam. Quer dizer, baixou uma turma na nossa praia que estava simplesmente podre. A gente podia tê-los matado afogados.⁷

Como os europeus se expandiram tanto no planeta e no que efetivamente mandaram? Um estudo atual da expansão europeia revela que eles controlaram sobretudo os mares e as rotas comerciais, mais do que propriamente os domínios

territoriais. Tinham a vantagem, comum para os invasores, de ter sua indústria bélica e se reproduzir em um lugar diferente daquele que devastavam — era comum queimarem roças e aldeias após vencerem batalhas, mantendo para si a capacidade de reposição das perdas populacionais e de reprodução material das condições de vida enquanto o povo derrotado fugia.

No contexto brasileiro, os primeiros europeus que chegavam em qualquer parte do território, em diferentes levas, submetiam-se a caciques, tuxauas, morubixabas e chefes, pediam ajuda a rezadores e caraíbas (os grandes xamãs) e trocavam o que tinham pelo auxílio de guerreiros contra povos rebeldes que queriam escravizar e cujos territórios pretendiam dominar — veremos como os colonos davam presentes, vinho, roupas e agrados e prestavam reverência a Zorobabé,⁸ poderoso cacique potiguar, para tê-lo como seu aliado. A lógica da aproximação se baseava em uma linguagem universal: a troca. Facões, machados e espingardas por pau-brasil. Os recém-chegados manipulavam as guerras existentes entre os povos ameríndios. Por sua vez, os nativos perceberam rapidamente que os europeus também tinham brigas internas por poder e sucessão, além de disputas religiosas entre católicos e protestantes e perseguição a judeus e muçulmanos, e tentaram “manipulá-los” para fortalecer a resistência anticolonial por meio de alianças e até mesmo da conversão, deixando-se batizar e aldear pelos missionários católicos ou converter-se ao protestantismo — no caso dos índios potiguaras, que se aliaram aos holandeses na guerra contra os portugueses —, para escapar do genocídio. No final, os europeus venceram com a ajuda da varíola, do sarampo, da gripe, de algumas bactérias e outras pestes na guerra biológica. E foram beneficiados, como lembra a antropóloga Manuela

Carneiro da Cunha, por outros fatores que, embora diretamente ligados a suas ações, nada tinham a ver com bravura e excelência bélica:

[...] o exacerbamento da guerra indígena, provocada pela sede de escravos, as guerras de conquista e de apresamento em que os índios de aldeia eram alistados contra os índios ditos hostis, as grandes fomes que tradicionalmente acompanhavam as guerras, a desestruturação social, a fuga para novas regiões das quais desconheciam os recursos ou se tinha de enfrentar os habitantes, a exploração do trabalho indígena, tudo isso pesou decisivamente na dizimação dos índios.⁹

As mortes provocadas pelas novas doenças eram misteriosas e tinham força para desestruturar aldeias inteiras, interrompendo o fornecimento de comida e instaurando o medo e o pânico na rotina, com corpos insepultos e mortes sem ritualística. A pandemia do novo coronavírus em 2020, que parou as cidades em todo o mundo, trancou as pessoas em seus lares, provocou o colapso dos sistemas de saúde e funerários, com covas coletivas de Manaus a Nova York e caminhões carregados de caixões para incineração na Itália, é um breve retrato da força com que as grandes epidemias chegaram e devastaram o continente.

Rapidamente, os pajés, que eram os curandeiros sagrados, e os caraíbas, que eram os “profetas”,¹⁰ perceberam que essas mortes estavam relacionadas com a invasão dos brancos e a presença dos jesuítas; assim, as populações ameríndias tentaram diferentes formas de se proteger e reagir ao holocausto. Mas as ideias e os propósitos também foram fator decisivo, como aparece em muitos dos depoimentos da época;

havia a intenção de provocar as mortes, causando o extermínio das populações originárias.

Um exemplo é o pedido feito pelo governador-geral do Brasil, Matias da Cunha, ao sertanista Domingos Jorge Velho em 1688. Cunha buscou motivá-lo falando da glória de degolar os índios e da utilidade de aprisioná-los. E, ao coronel Antônio de Albuquerque da Câmara, o governador recomendou que não perdesse tempo escravizando cativos sobreviventes, apenas pegasse crianças e mulheres (“para despojos, bastam os pequenos, e mulheres”) e mantivesse o foco em matar o inimigo indígena no interior do Rio Grande do Norte: “[...] o degole e siga até ultimamente o destruir”.¹¹ Nesse caminho, os portugueses deixaram para trás muitas aldeias queimadas, cabeças e orelhas cortadas, mulheres estupradas, crianças feridas com facão, corpos partidos ao meio, pajés e chefes despedaçados por bocas de canhão, terras arrasadas.

Como essa resistência ameríndia atravessou anos em guerras sangrentas, sobreviveu a massacres e genocídios, e hoje, de outras formas, ainda constitui uma das principais forças políticas do Brasil em defesa da democracia, da ecologia, da diferença e da diversidade?

É nisto que estamos interessados: na resistência e na tragédia dos índios, na história não contada, que não está nos livros, nos versos apagados, e em saber mais dos assassinos que viraram nomes de ruas, da crueldade e da devastação humana e ecológica da colonização, do sangue por trás dos heróis emoldurados que nomeiam cidades e são exibidos nas praças. “Na luta é que a gente se encontra”, cantou a Mangueira no Carnaval de 2019, para pensar em como reparar o passado e nos encontrarmos, todas e todos, em um futuro mais justo.

As guerras afro-ameríndias contra a conquista e a colonização são afirmações de soberania, de populações sob

ataque que se mobilizam frente a agressões em busca de autonomia, auto-organização e liberdade. E falar sobre elas é muito delicado. Assim como se deu com a resistência negra contra a escravidão, era comum os colonizadores acusarem os povos nativos de serem violentos para justificar a redução, a expulsão e o extermínio. No exemplo de Matias da Cunha, Domingos Jorge Velho foi contratado para matar “bárbaros”, “violentos selvagens”. O resgate de cativos e a chamada “guerra justa” eram figuras jurídicas que serviam para legitimar os massacres e a escravização. O espectro da antropofagia serviu como rótulo classificatório, inferiorizando os povos a uma sub-humanidade para legitimar a escravização de ameríndios em partes da América hispânica. Carlos Fausto, antropólogo que fez longos estudos sobre as guerras indígenas, sobretudo as dos povos tupis, pisa com cuidado nesse terreno pantanoso, e compartilhamos de sua ética e de seu cuidado com as memórias do passado que atingiram e ainda atingem, de forma tão violenta, a população ameríndia. Fausto escreve: “A manipulação do estigma da selvageria pela mídia e por certos setores econômicos e políticos surge — em momentos pontuais, mas cruciais — como arma em uma luta ao mesmo tempo ideológica e prática, que visa restringir direitos constitucionais adquiridos”.¹²

“Bárbaros”, “índios”, “selvagens” são apenas palavras, mas, quando usadas em novas guerras digitais e discursivas, podem servir como armas: palavras que expõem o racismo, e o racismo mata, efetiva e materialmente. O poder branco esconde estrategicamente a guerra, assim como dissimula o racismo, ou a usa politicamente para justificar massacres, como anunciar uma guerra diante de desproporção de forças. Já a resistência indígena e negra às vezes se disfarça, parece dispersa, apagada, desaparecida, para logo florescer em um

jardim de diferenças, com insurgências em rebeliões, rebeldias, levantes, quilombos, retomadas, reocupações e reconquistas. Negros e índios reduzidos à escravidão reconstituíram significados, histórias, culturas, ancestralidade. Da dominação forçadamente “pacificada” — em alusão a como chamavam a “pacificação” dos povos “hostis” — logo reemergiram revoltas.

Chamamos de *guerra* a resistência contra a conquista e a invasão e de *rebeliões e revoltas* os movimentos que surgem depois dos aldeamentos constituídos, transformados em vilas, com a burocratização do genocídio e a destruição cultural — o *etnocídio*. Rebeliões, revoltas e resistências silenciosas são guerras contra a conquista por outros meios e continuam ainda hoje em movimentos políticos. E as guerras que vêm de baixo, em especial as guerrilhas, não deixam de ter uma conotação rebelde e revolucionária, sobretudo aquelas contra as invasões coloniais da América.

Depois do sangue que correu das guerras e dos massacres, os sobreviventes precisavam reconstruir mundos dilacerados. Em quase todos os relatos das mais atroz violências praticadas, aldeias inteiras assassinadas e queimadas, sempre sobravam algumas famílias que conseguiam escapar da barbárie. No Brasil, há casos contemporâneos com poucos sobreviventes de povos massacrados. Se 5 ou 10 milhões foram assassinados nesses quinhentos anos de guerras de conquistas e colonização, hoje vivem mais de 1 milhão de pessoas ameríndias no Brasil, em mais de trezentos povos. Já passou o momento de pôr fim ao mito colonial do passado heroico, de encarar o que somos e imaginar um futuro mais justo e com respeito às diferenças. Ouvir o canto de dor eternizado na voz de Clara Nunes em “Canto das três raças”: “Um lamento triste/ Sempre ecoou/ Desde que o índio guerreiro/ Foi pro cativo/ E de lá cantou”. Reconhecer os índios nas letras de “Joia”

(“Beira de mar na América do Sul/ Um selvagem levanta o braço/ Abre a mão e tira um caju”) e “Um índio” (“Se revelará aos povos/ Surpreenderá a todos não por ser exótico/ Mas pelo fato de poder ter sempre estado oculto/ Quando terá sido o óbvio”), de Caetano Veloso.

O ENCOBRIMENTO

O que foi considerado descobrimento para uns foi encobrimento para outros. Chamar esta terra de achada ou descoberta serviu apenas para dizer que os povos nativos não tinham história nem passado, tendo tudo começado com a chegada da nau de Cabral à costa então batizada de Vera Cruz — o marco zero. É interessante que Cabral não tenha chegado a esse território por acaso, quando queria ir para a Índia, seguindo o caminho que Vasco da Gama havia recém-mapeado, em 1498. E é intrigante que ele não tenha sido nem o primeiro forasteiro a pisar por aqui.

Sabemos, hoje, que ao menos dois espanhóis já haviam “descoberto”, antes de Cabral, territórios atualmente definidos como pertencentes ao Brasil. É muito provável que Vicente Yáñez Pinzón, em quatro pequenas naus que partiram da Espanha em novembro de 1499, tenha alcançado a costa de Pernambuco por volta de janeiro de 1500 (algumas divergências interpretativas sugerem que ele tenha visto, na verdade, o cabo de São Roque, no Rio Grande do Norte, ou Mucuripe, no Ceará). Chegando à praia, os homens de Pinzón fizeram contato com os nativos — talvez do povo potiguara — e trocaram uma sineta por uma arma de guerra, a borduna.¹³ Nesse escambo, os ameríndios tentaram ficar com um dos visitantes, que resistiram e levaram uma saraivada de flechas — ao menos dez espanhóis morreram. Dali, Vicente Yáñez

Pinzón velejou na direção oeste, tendo conhecido o Amazonas e entrado cerca de 150 quilômetros rio adentro. Chamou o território encontrado, hoje conhecido como Marajó, de Santa María de la Mar Dulce.

Outro espanhol, Diego de Lepe, foi atrás dessa expedição e relata também ter chegado a Pernambuco, talvez ao cabo de Santo Agostinho, em 12 de fevereiro de 1500. Houve um combate com os nativos — talvez os caetés —, no qual onze espanhóis morreram e alguns indígenas foram sequestrados. Ainda em 1499, antes de Pinzón, Américo Vespúcio pode ter passado pelo litoral — posteriormente, ele participaria das expedições que se seguiram à de Cabral para mapear a costa, e foi durante esse período que escreveu, maravilhado, cartas para relatar o Novo Mundo.

Mesmo entre os lusos, Pedro Álvares Cabral pode não ter sido o primeiro comandante a pisar nestas terras. Segundo Jorge Couto, historiador português especializado em história do Brasil, o navegador e cosmógrafo Duarte Pacheco Pereira, que aparece em *Os lusíadas*, de Camões, foi encarregado pelo rei dom Manuel a descobrir e explorar as terras ocidentais abarcadas pelo Tratado de Tordesilhas — do qual, aliás, o próprio Pacheco Pereira havia sido um dos negociadores e signatários em 1494. O propósito da empreitada era basicamente confirmar se a grilagem tinha sido ou não um bom negócio. Com essa missão, ele partiu de Lisboa em fins de 1498, fez uma parada em Cabo Verde e seguiu viagem em mar aberto na direção sudoeste. De acordo com essas informações, ele teria alcançado, ainda no mesmo ano, a costa brasileira na altura do litoral maranhense, deslocando-se até a foz do rio Amazonas — como favoreciam os ventos e as correntes marítimas. A viagem de Cabral, organizada com destino às Índias — sem nenhuma orientação explícita de descobrir novas

terras —, serviu também para “oficializar” o assim chamado “descobrimento”, estabelecendo um ponto de apoio para as embarcações que saíam de Portugal em direção ao cobiçado comércio asiático.

Chegar, visitar, conhecer: esses não foram os maiores problemas dos portugueses, que inclusive foram muito bem recebidos, enquanto os espanhóis levaram flechadas. O problema foi o que eles — e os europeus em geral — decidiram fazer nesta terra e com os povos que viviam aqui: as ideias sempre importaram muito. Após Cabral, o rei mandou uma segunda frota, comandada por Gonçalo Coelho, para explorar o litoral. Nela, estavam Américo Vespúcio, vindo de Florença para contar o que via, e o capitão André Gonçalves, que disse que a única coisa que importava aqui eram árvores — e um tipo de madeira em especial: o pau-brasil.

A PRIMEIRA FESTA

Foi com festa que começou a violenta invasão do Brasil. Ao menos segundo a carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal, dom Manuel, documento fundamental na construção da imagem dos “índios” na Europa moderna e colonial.

Conforme esse relato, os primeiros ameríndios que entraram na nau de Cabral “foram recebidos com muito prazer e festa”. Houve uma pequena troca de presentes, e os portugueses ofereceram comida para os visitantes. Os nativos acharam muito ruim o que provaram e cuspiram quando mastigaram.¹⁴ Não sabemos o que pensaram, mas as palavras usadas por Caminha dão bons indícios de como se desenhariam as relações no futuro: os nativos não são simplesmente “homens”, “mulheres”, “velhos”: suas diferenças são exacerbadas — “bons rostos e bons narizes, bem-feitos”, “inocentes”. Mais tarde, essa

descrição fenotípica contribuiria para a construção da ideia de um “outro”, quando se discutiria se esses seres humanos diferentes teriam ou não alma para serem escravizados, se o homem branco poderia ou não usar esses corpos para o trabalho, se as mulheres poderiam ou não ter seus corpos apropriados para a reprodução. Surgem diferentes visões e classificações de *índios* e *gentios*. E o que se pode inferir dos gestos dos ameríndios, segundo a mesma correspondência, é que havia troca, simpatia, certo desdém por algumas coisas e interesse em outras.

Comida e bebida eram importantes para assegurar a sobrevivência nas longas travessias marítimas, mas os primeiros ameríndios a interagir com os portugueses provavelmente detestaram a água podre que os europeus bebiam nos navios, o vinho, que devia ser terrível, de sabor incomparável à bebida alcoólica sempre fresquinha que se fazia por aqui. Os tupis adoravam e produziam a caiçuma, também chamada de cauim, à base de mandioca, de baixa fermentação, que era ingerida tanto como alimento quanto durante as festas e celebrações. Água fresca corria pelos rios cristalinos da Mata Atlântica. Carne de caça e peixe eram assados ou moqueados e acompanhados de um pão feito na hora, o beiju. Não surpreende que tivessem achado nojenta a comida oferecida no barco.

Também na carta, Caminha relata que um dos nativos que subiu na caravela adorou um rosário de contas brancas. Depois, olhou para um colar de ouro que Cabral usava. E logo os portugueses concluíram que ele daria ouro em troca das contas brancas:

Viu um deles umas contas de rosário, brancas; acenou que lhas dessem, folgou muito com elas e lançou-as ao pescoço. Depois

tirou-as e enrolou-as no braço e acenava para a terra e de novo para as contas e para o colar do capitão, como dizendo que dariam ouro por aquilo.

Isto tomávamos nós assim por assim o desejarmos. Mas se ele queria dizer que levaria as contas e mais o colar, isto não o queríamos nós entender, porque não lho havíamos de dar. E depois tornou as contas a quem lhas dera.

O nativo queria o colar de contas e também o de ouro sem dar nada em troca, porque, para ele, troca e dádiva tinham outro sentido. Vergonha maior no pensamento ameríndio é ser sovina. E sovínice, para Pero Vaz de Caminha, parecia não ser um problema: “não lho havíamos de dar”.

No domingo seguinte ao de Páscoa (no calendário cristão), Cabral achou por bem mandar rezar a “primeira missa”, liderada pelo frei Henrique. Os ameríndios ali presentes respeitaram a religiosidade dos europeus: “Foi ouvida por todos com muito prazer e devoção”, escreve Caminha. Em seguida, aproveitando-se dessa receptividade, o religioso emendou na missa a narrativa da terra descoberta na expansão do cristianismo, falando “do achamento desta terra, conformando-se com o sinal da Cruz, sob cuja obediência viemos”.

Na sexta-feira seguinte, mais uma vez rezaram uma missa, agora com a cruz construída com a madeira das árvores derrubadas (descritas como muitas e grandes). Nessa missa, os ameríndios respeitosamente imitaram os gestos cristãos, levantando as mãos e ajoelhando-se como os portugueses. Provavelmente, foi por imitação, pensando serem estes bons modos, que aceitaram receber no pescoço um cordão com cruz de estanho e beijaram a mão do padre, como os outros faziam, mas Caminha interpretou tais gestos como portas abertas para

a conversão: “[...] esta gente não lhes falece outra coisa para ser toda cristã, senão entender-nos”. Isso porque, aos olhos dos portugueses, os ameríndios eram esvaziados de espiritualidade: “[...] nos pareceu a todos que nenhuma idolatria, nem adoração têm”. A conversão seria possível porque eram “inocentes”, e, por meio dela, aprenderiam o que “pertence à sua salvação”.

Nessa primeira incursão, encontraram um velho ameríndio que falou com Cabral. Mesmo sem entenderem nada do que ele dizia, os portugueses, com o pensamento centrado na obtenção de riquezas (quando não no corpo das nativas), insistiram em investigar a existência de ouro, conforme relatou Caminha: “[...] quantas coisas que lhe demandávamos acerca de ouro, que nos desejávamos saber se na terra havia”. Aproveitaram para desrespeitar o ancião:

Trazia este velho o beijo tão furado que lhe caberia pelo furo um grande dedo polegar, e metida nele uma pedra verde, ruim, que cerrava por fora esse buraco. O capitão lha fez tirar. E ele não sei que diabo falava e ia com ela direto ao capitão, para lha meter na boca. Estivemos sobre isso rindo um pouco.

Na visão do europeu, exotismo, selvageria e animalização estiveram presentes desde o início. Quem era esse ancião ridicularizado pelos aventureiros atrás de ouro? Ninguém teve interesse em saber. Tiraram a pedra que usava no lábio e lhe deram em troca um sobretudo velho, alegando que a pedra não valia nada.

Falaram em “amansar” aqueles que os recebiam; chamaram de “pardais”, de gente bestial, quem se esquivou dos exploradores que ali chegaram com mau cheiro depois de tanto tempo no mar, provavelmente sem que jamais tivessem tomado

um banho na vida. Achavam que não moravam em casas — não lhes ocorreu que talvez levar até as aldeias um bando recém-chegado de mal-educados não fosse prioridade dos nativos. Pudera, já que, na segunda-feira, dia seguinte à chegada, os portugueses já estavam concentrados no que se tornaria praxe nos próximos séculos: o estupro e o abuso da mulher ameríndia. “Vinte ou trinta pessoas das nossas se foram com eles, onde outros muitos estavam com moças e mulheres”, relatou Caminha. Ainda assim, um grupo foi levado a uma aldeia com cerca de dez casas.

Homens e mulheres se reduziram a corpos físicos: há descrição da bunda, das coxas, dos adereços, das pinturas corporais, dos objetos que enfeitavam o lábio — mas também das armas que portavam. “Eram pardos, todos nus”, descreve Caminha. O “índio” é definido como “pardo”: nem branco, nem preto — código que, mais tarde, seria uma forma de classificação social e de distribuição racial do trabalho. Os europeus viram um Outro que não cabia em seu espelho, e foi esse narcisismo da colonização que engendrou o racismo.

Surpreendeu aos portugueses que, quando os carpinteiros foram cortar madeira para fazer a cruz, os ameríndios ficassem de olho nas ferramentas de ferro, e não na cruz de madeira. Posteriormente, ao longo do processo colonial, os europeus usariam o interesse indígena pela tecnologia e os desejos de acumulação provocados pela expansão do capitalismo como estratégia para manipulação, sedução, dominação e alianças.

Cabral mandou que alguns dos seus dormissem na aldeia para espionar os donos da terra achada, mas eles voltaram à noite “por eles [os indígenas] não quererem que lá ficassem”. As perspectivas do encontro já eram distintas, e a desconfiança, assimétrica e inconstante, pendendo ora para um lado, ora para outro. Conta Caminha: “Andavam já mais mansos e seguros

entre nós do que nós andávamos entre eles”. Uns curiosos pelas diferenças, outros interessados em descobrir como se aproveitar do encontro.

Caminha concluiu seu relato no mesmo dia em que foi rezada a segunda missa, 1º de maio de 1500. No domingo anterior, após a chegada, os capitães das embarcações haviam decidido enviar notícias ao rei sobre o “achamento” (termo usado pelo próprio Caminha) da terra. Assim, depois de dez dias, antes de seguirem a viagem rumo às Índias, mandaram de volta a Portugal um navio e deixaram na terra dois “degredados” para que, como verdadeiros espões, aprendessem a se comunicar com os nativos e depois falassem das coisas daqui. Esses primeiros colonizadores exilados eram pessoas condenadas a cumprir pena por delitos civis ou eclesiásticos, ou seja, eram expulsos de suas terras ou até mesmo do reino e, muitas vezes, deixados em regiões remotas, como nesse caso, para espionar outros povos. Já tinham a maldade na intenção: não queriam “escândalo”, mas “amansar e pacificar” os indígenas. E também não estavam interessados em uma bela troca de experiências ou no enriquecimento da cultura dos portugueses famintos e fedidos, mas na conversão: os nativos “se hão de fazer cristãos e crer em nossa santa fé”, pois tinham “bons corpos” e “bons rostos”.

Mas, depois que Cabral seguiu viagem, não houve nenhuma animosidade. Ao contrário, os ameríndios os receberam como bons cidadãos que acolhem flagelados migrantes, com especial atenção e cuidado, ensinando-os, inclusive, a se alimentar e tomar banho, e a comer caju, como na música “Joia”, de Caetano Veloso. A animosidade estava do outro lado, no proselitismo e na exploração dos europeus, com a mente fechada para o maior encontro da história, entre populações que viveram separadas por um oceano ao longo de milhares de

anos. Os europeus atacaram a vida indígena, esvaziando o outro de sentido e de espírito. Ao focarem os corpos dos nativos, com a ideia de que deveriam ser convertidos e transformados em iguais, os invasores desprezaram todo o pensamento local, atribuindo-lhe uma suposta “inocência”.

A decepção por não encontrarem ouro, prata e outros metais nesta terra “de bons ares” não os impediu de seguir com a exploração. “O melhor fruto que nela se pode fazer”, escreve Caminha, “me parece que será salvar esta gente”. Salvar de quem, do quê? “Salvar”, como hoje sabemos, sempre andou junto de um “projeto civilizatório”, fundado em uma suposta superioridade da civilização ocidental sobre as outras civilizações. Wilma de Mendonça, pertencente ao povo tabajara e professora de literatura da Universidade Federal da Paraíba, escreve:

*Testemunhos presenciais do confronto entre o universo ameríndio e o mundo da quantificação mercantilista, as memórias de viagens legariam à posteridade uma imagem homogeneizadora, ambígua e dual do nativo americano, expressando a dificuldade e o narcisismo europeu diante do diferente, do outro.*¹⁵

Apenas décadas depois de Caminha começaram a circular em Portugal novos textos sobre o Brasil: primeiro, as cartas escritas pelos missionários jesuítas e endereçadas ao público europeu, buscando sensibilizá-lo a apoiar as missões de além-mar e motivar os mais jovens a buscar uma vocação religiosa por meio da conversão dos “gentios”. Em seguida, vieram os cronistas, como Pero de Magalhães Gândavo, com *História da província de Santa Cruz*, de 1576, e *Tratado da Terra do Brasil*, de cerca de 1570, que permaneceu inédito até 1826, e Gabriel

Soares de Sousa, colono português autor de dois manuscritos, *Roteiro geral com largas informações de toda a costa do Brasil e Memorial e declaração das grandezas da Bahia de Todos os Santos*, ambos escritos por volta de 1587 e inéditos até o século XIX, mas de provável conhecimento de boa parte dos intelectuais e da gente ligada à administração colonial, e que posteriormente foram reunidos e publicados em um único volume, *Tratado descritivo do Brasil*. É de Soares de Sousa a descrição mais precisa da época dos interesses dos brancos nas terras dos índios onde hoje é o Brasil.

“Como todas as cousas têm fim, convém que tenham princípio”, escreveu, influenciado pela leitura bíblica do *Gênesis*, para introduzir a descrição da grandeza da baía de Todos-os-Santos, tratando da fertilidade desta terra e de suas riquezas geográficas. Era a notícia do “novo reino”. As descrições de Soares de Sousa eram motivadas pelo interesse econômico, por enriquecer com a exploração dessa “nova” terra. O *Gênesis*, para ele, era a conquista portuguesa. O fim dessa sanha ainda não chegou.

Migrar para colonizar a terra nova era motivo de esperança de enriquecimento para muitos, como o próprio Soares de Sousa, que chegou a ser dono de engenho no Recôncavo Baiano. Por outro lado, os sábios ameríndios se espantavam com a ganância que movia os europeus. Qual a razão para acumular tanta riqueza, tanto metal, tanta madeira? Em um diálogo com um sábio tupinambá, o pastor, missionário huguenote e cronista francês Jean de Léry mostra como esse povo estranhava os valores europeus. Perguntou-lhe o ancião: “Por que vocês, franceses e portugueses, vêm de tão longe procurar lenha que os aqueça? Não existe mata em seus países?”. O pastor respondeu que a madeira servia para tinturas, que suas matas eram diferentes e que o pau-brasil

comprado por um único mercador, bem como toda a sua riqueza, ficava de herança para seus filhos e parentes. Novamente, o velho tupinambá retrucou de forma brilhante:

*Na verdade, continuou o velho, que, como vereis, não era nenhum tolo, agora vejo que vós outros mairs sois grandes loucos, pois atravessais o mar e sofreis grandes incômodos, como dizeis quando aqui chegais, e trabalhais tanto para amontoar riquezas para vossos filhos ou para aqueles que vos sobrevivem! Não será a terra que vos nutriu suficiente para alimentá-los também? Temos pais, mães e filhos a quem amamos; mas estamos certos de que depois da nossa morte a terra que nos nutriu também os nutrirá, por isso descansamos sem maiores cuidados.*¹⁶

Essa reflexão do velho tupinambá sobre a ganância europeia em oposição à vida do povo na floresta, feita logo no início da expansão do sistema capitalista na Europa pós-feudalismo, é muito próxima da análise feita pelo xamã ianomâmi Davi Kopenawa, nosso contemporâneo:

*Somos diferentes dos brancos e temos outro pensamento. Entre eles, quando morre um pai, seus filhos pensam, satisfeitos: “Vamos dividir as mercadorias e o dinheiro dele e ficar com tudo para nós!”. Os brancos não destroem os bens de seus defuntos, porque seu pensamento é cheio de esquecimento. Eu não diria a meu filho: “Quando eu morrer, fique com os machados, as panelas e os facões que eu juntei!”. Digo-lhe apenas: “Quando eu não estiver mais aqui, queime as minhas coisas e viva nesta floresta que deixo para você. Vá caçar e abrir roças nela, para alimentar seus filhos e netos. Só ela não vai morrer nunca!”.*¹⁷

Em comum, os dois xamãs pensam além do capitalismo e, sobretudo, preocupam-se com a preservação da floresta e o manejo e o cuidado dos territórios para as futuras gerações, sabendo que neles há o necessário para viver.

Há motivos para que o ancião tupinambá estivesse curioso e disposto a indagar o francês: para que tanta madeira? Um registro do diário da nau *Bretoa*, disponível na Torre do Tombo, em Lisboa, onde estão guardados os documentos da história de Portugal, dá uma boa dimensão do foco da exploração europeia nesses primeiros anos da expansão europeia nas Américas. Segundo o escrivão da nau, Duarte Fernandes, a embarcação saiu de Portugal em 22 de fevereiro de 1511, passou pela Bahia em meados de abril e seguiu em direção a Cabo Frio, onde permaneceu de 26 de maio a 29 de julho, aportando novamente em Portugal no fim de outubro do mesmo ano com um carregamento de mais de 5 mil toras de pau-brasil e mais de sessenta animais (entre os quais quinze papagaios, doze felinos, seis macacos e alguns saguis). Em quinze dias atracados no litoral fluminense, os portugueses carregaram uma média de 330 toras por dia, em torno de oito toneladas. Levaram ainda a Portugal 36 índios escravizados, sendo dez homens e 26 mulheres, que eram exploradas sexualmente.

“A NINGUÉM OBEDECEM”

Os primeiros anos após o “descobrimento” foram intensos, com expedições de pesquisa e vários comerciantes europeus — da França, da Holanda, da Inglaterra e da Irlanda —, junto com portugueses e espanhóis, tentando a sorte ao vir conhecer os povos nativos, o Novo Mundo.

Entre 1503 e 1504, os franceses também já estavam nessa mesma costa, interagindo de forma mais criativa com os tupis. John Hemming, historiador e explorador inglês, membro da Royal Geographical Society, estudou a conquista dos incas e dos povos indígenas no Brasil e lembra que o capitão normando Palmier de Gonneville trouxe 4 mil machados, pás, cutelos, ceifadeiras, cinquenta dúzias de espelhos, 240 dúzias de facões, um fardo completo de alfinetes e agulhas, entre outros produtos feitos em Rouen — os franceses, portanto, pareciam mais bem preparados para o comércio. Alguns daqueles intérpretes que permaneceram vivendo aqui gostaram tanto das novas terras que passaram a se identificar como nativos e não trocariam jamais uma alegre aldeia tupinambá pela caótica e fétida Paris, o que seria bem malvisto pelos pastores protestantes, como Jean de Léry.

As aparentes boas relações dos franceses, no entanto, eram acompanhadas de abusos. Quando tentaram construir seu próprio projeto colonial, como na França Antártica, na baía de Guanabara (1555–60) (localizada onde hoje se encontra o aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro), e na França Equinocial, em São Luís, no Maranhão (1612–15), estabeleceram como política usar as mulheres ameríndias para reprodução, além de atacar, massacrar e escravizar povos nativos. Darcy Ribeiro conta que só na Guanabara mais de mil crianças, entre meninos e meninas, foram geradas nesse projeto político colonial-patriarcal.

Em 1509, o capitão francês Thomas Aubert levou sete tupinambás a Rouen, na Normandia. Algumas décadas depois, em 1550, outra comitiva também francesa faria um grande desfile encenando uma batalha entre europeus e ameríndios. O ensaio “Sobre os canibais”, do filósofo Michel de Montaigne, talvez não existisse se não fosse por três tupinambás que os

normandos levaram para Rouen. O contato próximo com eles, somado às crônicas dos viajantes franceses e às conversas diretas com um empregado que havia vivido no Brasil, foram referências fundamentais para esse famoso texto, publicado em *Os ensaios*, em que há passagens belíssimas sobre a coragem “nobre e generosa” dos tupinambás nas guerras.

Mas a primeira influência de Montaigne, que chacoalhou os debates intelectuais no Velho Mundo com ideias novas, despertando imenso interesse sobre os modos de vida ameríndios, foi a carta de Américo Vespúcio. O italiano chegou ao Brasil no ano seguinte a Cabral, em 1501, e, ao retornar para a Europa, levou três pessoas ameríndias consigo. Dirigida ao príncipe de Florença, Lourenço II de Médici, essa carta se popularizou tão logo foi publicada, em 1503, e traz uma descrição ainda mais apaixonada que a de Caminha, além de, na época, ser mais célebre que a do português, que ficou inédita para o público até 1773, escondida nos arquivos do rei. A carta de Américo Vespúcio foi impressa e encontrou leitores em diferentes cidades europeias, como Paris (1503), Veneza (1504) e Augsburg (1505), além de ter sido traduzida do latim para outros idiomas, como alemão e holandês. Apesar de os historiadores modernos duvidarem de sua autenticidade, a carta constitui um dos principais relatos sobre o Novo Mundo e seus habitantes e condiz com outros registros do navegador florentino, que ganhou a fama de descobridor do continente batizado em sua homenagem: América.

Vespúcio ficou fascinado com a rebeldia e a anarquia indígenas, relatando que não tinham lei, nem rei, nem templos, que compartilhavam tudo, que não havia propriedade privada, que usufruíam de total liberdade. Disse: “A ninguém obedecem e cada um é senhor de si mesmo”.¹⁸ As questões do poder, das liberdades e do governo eram centrais na Europa, onde cada

vez mais se fortaleciam as monarquias absolutistas. Dez anos depois das correspondências de Vespúcio, o famoso escritor florentino Nicolau Maquiavel concluiu sua obra mais conhecida e um marco no pensamento político-filosófico europeu, *O príncipe*, dedicada a Lourenço de Médici, a fim de ensiná-lo como governar e manter o poder sobre os súditos. Enquanto, no Novo Mundo, Vespúcio e outros cronistas descreviam sociedades sem a opressão do poder, na Europa, organizar a dominação e o governo era uma questão fundamental para os reinos e principados que estavam saindo do feudalismo. Essas visões de mundo estavam em disputa, ainda que não necessariamente se conhecessem. Nesse sentido, é célebre a passagem de Maquiavel sobre a controvérsia, que atingia príncipes e reis, entre ser amado e ser temido para governar: na impossibilidade de conciliar os dois sentimentos, era mais seguro ser temido do que amado. Para Maquiavel, o homem era mau por natureza e, na primeira chance, tentaria algo em benefício próprio, sendo contido apenas pelo temor da punição. Conhecer o mundo ameríndio por meio dessas primeiras descrições, por outro lado, ofereceu aos europeus a possibilidade de imaginar que os homens não eram necessariamente maus por natureza e que era possível viver sem a opressão do poder.

A autonomia e a liberdade dos indivíduos indígenas causavam inveja aos europeus, que, de maneira etnocêntrica, as entendiam como falta de fé, de lei e de rei. Pero Magalhães Gândavo, algumas décadas depois de Vespúcio, apontou de modo semelhante que os ameríndios não tinham “nenhuma lei nem cousa entre si que adorem”.¹⁹ Se, no entanto, não encontraram rei nem lei, a verdade é que os exploradores encontraram muita fé e muita crença, mas de outro tipo. André Thevet, que vinha da violenta monarquia absolutista francesa,

foi o mais incisivo no sentido de encontrar o que faltava, segundo sua perspectiva, no mundo ameríndio. Católico franciscano francês, numa época em que o poder do rei era absoluto, não limitado por nenhuma lei ou instituição, depois de acompanhar Nicolas Durand de Villegagnon na França Antártica, Thevet escreveu: “Os indígenas têm ainda uma outra estranha e abusiva crença, isto é, consideram a alguns dentre eles como verdadeiros profetas. São os *pajés*, a quem contam os sonhos e a quem encarregam de interpretá-los. Pensam os selvagens que os *pajés* só dizem a verdade”.²⁰

Não era, portanto, um problema de falta de deus ou de fé. Ao contrário, a cosmologia tupi regulava toda a sociedade, a guerra e a paz, e era transmitida por *caraibas*, figuras notáveis, grandes intelectuais que tinham livre trânsito entre as aldeias, guardando a memória do povo por meio da história oral, com cantos e mitos. Thevet, no entanto, chamava a religiosidade indígena de “mentalidade atrasada, ignorância e falta de fé ou boa religião”.²¹

Poucos anos depois das cartas de Caminha e de Vespúcio, em 1516, e da ida de indivíduos tupinambás para a Europa, onde foram entrevistados, o filósofo inglês Thomas More escreveu *Utopia*, ambientado no Novo Mundo e inspirado em leituras sobre as sociedades indígenas recentemente conhecidas e que fascinavam o meio intelectual europeu. More admirava o fato de os ameríndios viverem sem posses, sem propriedade privada e de acordo com a natureza. Escreveu que as conquistas pela guerra eram inglórias e que só por razões humanitárias, as boas razões, é que os utopianos partiam em confrontos armados. O texto foi lido por Rousseau, Marx, Lênin e outros pensadores e revolucionários europeus que sonharam com uma nova sociedade, mais justa e igualitária, livre da opressão do poder. Recentemente, quando completou

*image
not
available*

as notícias dos cronistas, encontrou documentos e construiu uma narrativa historiográfica, dando um sentido ao passado do Brasil antes da independência. O livro, dedicado a dom Pedro II, serviu como pedra fundamental para o país que se emancipava da metrópole europeia, mas mantinha internamente as mesmas relações coloniais de dominação, incluindo a escravidão e o assassinato sistemático de povos ameríndios rebeldes. De acordo com ele, a história do Brasil só começava em 1492, com a “descoberta” da América, a ideia da colonização, a expedição de Martim Afonso de Sousa, que fundou São Vicente em 1532, João Ramalho e o cacique Tibiriçá, as capitanias hereditárias e tudo o que levaria o Brasil a ser um grande Portugal. A descrição dos tupis é cuidadosa, baseada na vasta documentação deixada por cronistas, mas dá a entender que os nativos estavam esperando a civilização chegar para salvá-los da barbárie. O autor fala do “influxo” do cristianismo e da civilização, que vieram encontrar gente que, segundo ele, vivia em um estado “não podemos dizer de civilização, mas de barbárie e de atraso”.²⁴

*image
not
available*

daqueles que viviam no Recôncavo e no litoral brasileiro e que acharam Gabriel Soares de Sousa vagando atrás de riquezas e de gente para escravizar. Os uru-eu-wau-wau hoje estão em guerra contra invasores, uma guerra que, para eles, na verdade nunca terminou, apenas se dividiu em novos ciclos e continua renovando as inimizades da conquista. Uma guerra que dura, efetivamente, quinhentos anos.

O que leva as práticas e os discursos de períodos tão distantes entre si a serem tão parecidos, inclusive com os mesmos agentes de cada lado? Talvez a resposta seja a própria ideia de “conquista” descrita neste livro, que se refere a hegemonia e controle sobre um território, e não necessariamente sobre corpos e sujeitos. Por essa razão, apesar de ter conquistado um território, um subsolo, uma floresta, de ter escravizado milhares, a conquista não acabou; ela segue em busca de subjugar, por fim, esses corpos e esses sujeitos que resistem à lógica do colonialismo.

Ainda em 2019, dessa vez no Pará, durante o período de seca na Amazônia, quando aumentam as invasões e o desmatamento, uma aldeia do povo caiapó estava preocupada com o avanço dos garimpos e dos madeireiros, vendo alguns parentes passarem para o lado dos brancos. Houve uma reunião tensa na Casa dos Guerreiros, chamada, na língua caiapó, de *ngã*, localizada no centro da aldeia circular onde a comunidade se reúne diariamente, com homens jovens e velhos sentados, fumando cachimbo, enquanto as mulheres se posicionam nos limites da casa, como dita a tradição desse povo, algumas segurando machados para expressar indignação. Todos e todas tinham corpos pintados com grafismos desenhados com tinta escura extraída do jenipapo. Indignado, um jovem disse: “Não podemos mais aceitar, chega, é hora de

*image
not
available*

conforme padrões europeus. Era a invenção da ideia de Ocidente, que nascia no século XV, dentro do Renascimento, um movimento artístico e filosófico baseado em um resgate da Antiguidade greco-romana. Esse movimento de constituir uma supremacia das formas de pensar europeias se consolidaria ainda mais com o Iluminismo, no século XVIII, quando se buscou desenvolver o conhecimento científico a partir da dissociação da sociedade com a natureza e da sociedade europeia como um padrão civilizacional frente a outras formas de organização social.

Ao longo de pouco mais de cem anos, da Andaluzia às Américas, da África ao Sudeste Asiático, ocorreram processos de conquista que se influenciaram mutuamente e forjaram a ideia da superioridade do homem branco europeu — e foi isso que o Iluminismo veio a transformar em pressupostos teóricos da razão. Essa mudança de paradigma epistemológico provocada pelas descobertas dos novos mundos na mentalidade europeia fez surgir o que pensadores como o argentino Walter Mignolo definiram como “colonialidade do saber”:

Se o Renascimento inventou a Idade Média e a Antiguidade, instalando a lógica da colonialidade ao colonizar o seu próprio passado (e ao arquivá-lo como a sua própria tradição), o Iluminismo (e a crescente dominância dos britânicos) inventou o Greenwich, remapeando a lógica da colonialidade e colonizando o espaço, localizando o Greenwich como o ponto zero do tempo global.¹

Na península Ibérica, em meio ao surgimento do capitalismo, teve início um modo de dominação distinto dos anteriores, com uma lógica genocida e epistemicida, isto é, de destruição de saberes e formas de vida que não faziam parte do

*image
not
available*

Segundo o intelectual quilombola Antônio Bispo dos Santos,³ a Bíblia era a “cosmovisão dos colonizadores”: legitimou a conquista e a escravização, assim como inventou o trabalho como instrumento de castigo, o que foi, nas palavras de Bispo, “o fundamento ideológico para a tragédia da escravidão”.

Na prática, acontecia como com qualquer lei: a decisão era frequentemente burlada por grileiros, como Gabriel Soares de Sousa, que, poucos anos depois da bula de 1537, que condenava a escravidão indígena, já estava nos sertões da Bahia caçando ameríndios para escravizar.

O mundo era dividido entre os que eram cristãos e os que deveriam *se tornar* pela conversão: gentios, pagãos, infiéis, as almas não conquistadas ou não convertidas. Era uma linha que separava a Europa do restante do mundo, sendo a Europa — mais precisamente Roma — o centro. Na suposta unidade do povo que aportou em caravelas, unido diante de um Estado, controlado por um rei e pela Igreja, não cabia a diversidade de muitos outros mundos.

MULTIPLICIDADE E DIFERENÇA

O poder eurocentrado produziu no mundo uma violenta unidade não só de continentes interligados pelo colonialismo, mas também ecológica. Além de genocídios, escravidão, mortes e conversões religiosas num intenso movimento de guerras, a colonização transportou pragas e reconfigurou os ecossistemas a partir do interesse econômico dos europeus, com a criação de monoculturas e a imposição de um imperialismo ecológico.

Enquanto isso, no lado oposto do Atlântico, as sociedades caminhavam em direção a multiplicidades: diversidade de povos, de línguas, de espiritualidades, de ecologias, de sistemas

*image
not
available*

sítio do Laguinho, o chão é tomado por cerâmicas variadas, ricas, decoradas. Parecem pedras, mas são fragmentos de civilizações seculares que viveram onde pisamos, onde hoje a terra é preta. É fascinante caminhar por ali ao lado de Eduardo Neves, que estuda o sítio há décadas e conseguiu mapear a aldeia e a disposição das casas. Ele apresenta a área como se fosse seu bairro em São Paulo, aponta o centro da aldeia, onde ficavam as casas, a parte onde atracavam os barcos, faz imaginar um complexo universo social: “Aqui embaixo era uma paliçada no ano 1000, 1100. Foi construída para a defesa da cidade”.

Duas culturas coabitaram Laguinho, descritas pelos nomes de Paredão (séculos VII a XII) e Guarita (séculos X a XVI), e a muralha de paliçada pode ter sido construída para que se protegessem de guerras internas ou externas, contra sociedades nômades que também viviam na região.

A aldeia foi instalada no alto de um morro, elevada, e a vista de lá é deslumbrante: a vasta várzea do rio Solimões, que logo em seguida se encontra com o rio Negro, dando origem ao que hoje chamamos de rio Amazonas. Nessa área de várzea, há lagos de águas pretas que dão nome ao sítio. Do alto desse morro, mil anos atrás, é possível que um chefe tenha se sentado num banco de madeira, fumado um cachimbo ou tomado um rapé de tabaco, olhando a paisagem à frente, onde poderia ver currais de criação de tartarugas, grandes canoas a remo atravessando o rio com mais de trinta guerreiros, fumaça das fogueiras de outras aldeias no horizonte. Nesse sítio, havia também muitos pés de mamão, cupuaçu, goiaba, cacau e outras frutas, e toda a agricultura era praticada nas áreas de terras pretas, ocupadas hoje pela população ribeirinha.

Terras pretas são as áreas de ocupação antigas que possuem solo extremamente fértil graças à ação humana milenar. A

*image
not
available*

Se Darcy Ribeiro supunha que no Brasil “pré-descobrimento” existissem cerca de 5 milhões de habitantes (enquanto outras estimativas apontavam 3 milhões), hoje estima-se que entre 8 e 50 milhões de pessoas podem ter vivido apenas na Amazônia antes dos europeus, sobretudo em áreas de encontro de grandes rios e em suas margens. Somando as novas informações arqueológicas encontradas no sul do Brasil, não é exagero pensar que, quando os portugueses desembarcaram aqui, a população talvez fosse algo em torno de 40 milhões de pessoas. Algumas cidades indígenas eram bem maiores que as cidades europeias — estas, sim, na maior parte das vezes, não passavam de pequenas aldeias.

A VISÃO DOS VENCIDOS

Na transição do século XV para o século XVI, a Europa vivia a ressaca da Idade Média, da época das trevas: o feudalismo estava em decadência, servos eram massacrados, enquanto a burguesia em ascensão enfrentava a aristocracia. Era o início do capitalismo, da comercialização da força do trabalho. Assim, a redução de todos os ameríndios a alguns traços fenotípicos, o roubo de metais e a busca por populações para escravizar nada mais eram que um hábito que vinha se consolidando, sobretudo com as invasões e as Cruzadas. Como já descrito, as atitudes dos europeus diante da diferença e do que fugia ao seu sistema de crenças e valores eram violentas; então, por que com os ameríndios seria diferente?

Obviamente, a chegada dos europeus provocou desencontros entre formas de conhecimento, e não poderia ter sido diferente. De dois caminhos possíveis — soma ou rejeição —, cada parte escolheu um. Enquanto, para os portugueses, as diferenças tornavam os nativos seres piores, passíveis de

*image
not
available*

experiências coloniais na expansão da cana-de-açúcar, a partir de 1440, em ilhas desabitadas, como a da Madeira, e no arquipélago dos Açores, e no comércio de escravos, a partir de 1460, quando colonizaram Cabo Verde, também um arquipélago desabitado na costa africana. Mas o Brasil não era uma ilha, muito menos estava desabitado, o que impunha desafios muito mais complexos do que essas experiências anteriores tinham ensinado aos portugueses.

*image
not
available*

uma língua tronco macro-jê, assombravam os invasores entre Ilhéus e Porto Seguro, enquanto os tapuias (denominação genérica que será explicada mais adiante) habitavam regiões próximas ao litoral entre o Paraná e o Rio da Prata, bem como uma vasta extensão territorial no Sertão nordestino, assim como partes da própria baía de Todos-os-Santos. Ao longo do tempo, os nomes atribuídos pelos portugueses mudavam, e, quando povos ou aldeias se dividiam, autodenominavam-se de forma diferente ou ganhavam outros nomes.

Copyrighted image

Essa relação é apenas superficial. Havia muitos outros povos, e mesmo esses citados também ocupavam diferentes territórios. Tais fronteiras não eram, de forma alguma, estabelecidas por uma geografia política delimitada em mapas como os referenciais cartográficos ocidentais, mas compunham uma ocupação muito mais fragmentada e fluida, e com planos diferentes daqueles que poderiam ser desenhados em duas

*image
not
available*

significava muita coisa, já que não havia sido estabelecida nenhuma ocupação portuguesa permanente e outros europeus também assediavam a costa, sobretudo protestantes que desafiavam a autoridade papal.

E foi assim que emergiu o projeto colonial: Portugal decidiu ocupar a nova terra, garantir a posse do que havia grilado com o carimbo papal. “Quando nos demos conta do que era, já foi”, comenta a líder indígena Sonia Bone Guajajara, refletindo sobre os antepassados, que não perceberam imediatamente a invasão.¹

O projeto de ocupação colonial trouxe consigo uma virada nas relações: até então, as trocas iam bem, mas, quando os portugueses decidiram ficar sem pedir licença, entendendo que a terra pertencia à Coroa e que os nativos não eram nada além de súditos e de escravos, as guerras começaram.

Em 1530, Martim Afonso de Sousa zarpu de Lisboa liderando cinco caravelas e mais de quatrocentos tripulantes. Chegou em 1531 à baía de Todos-os-Santos, um dos portos mais seguros da costa, encontrando lá Diogo Álvares, o Caramuru, adotado pelos tupinambás. Era um marinheiro português que vivia ali desde a primeira década: casado com Catarina Paraguaçu, filha de um chefe tupinambá, havia estabelecido boas relações com essa população indígena. De lá, Sousa seguiu viagem e, chegando à costa de São Paulo, foi recebido por João Ramalho, casado com uma das filhas do cacique tupiniquim Tibiriçá. Foi lá, com o apoio dos tupiniquins, que fundou São Vicente, a primeira vila portuguesa, em 1532. Posteriormente, com a criação do governo-geral, também teria o apoio do cacique Martim Afonso Tibiriçá para fundar São Paulo de Piratininga e o primeiro colégio jesuíta, em 1554.

*image
not
available*

e acreditavam ter pleno domínio sobre o mundo em que viviam.

O cerco era uma das principais estratégias de combate dos indígenas contra seus inimigos, antes da chegada dos portugueses, como registram as fontes do século XVI. Pero de Magalhães Gândavo relata que, quando dois povos nativos guerreavam entre si, o que tomava a iniciativa do ataque se aproximava a certa distância da aldeia inimiga e construía uma cerca improvisada. A cada noite, a cerca ia sendo movida para mais perto da aldeia, até que fosse possível o combate individual. Utilizavam também armas químicas, como fumaça de fogueiras de pimenta, para deixar a permanência dentro das paliçadas insuportável, segundo relato de Hans Staden. Tudo isso em meio à constante troca de disparos de flechas certos que promoviam baixas de ambos os lados.

Mas as guerras trazidas pelos portugueses tinham outras modalidades de enfrentamento. Gândavo relata um episódio de extrema violência ocorrido quando o governador-geral Mem de Sá guerreava contra os tupiniquins que viviam entre as capitanias de Porto Seguro e do Espírito Santo (ver capítulo 5). Após cercarem uma aldeia e forçarem a população a se refugiar no interior de uma cabana, os portugueses atearam-lhe fogo, queimando todos vivos. Gândavo registrou o fato para falar da sua admiração perante um “principal” indígena (forma como os portugueses se referiam aos chefes), que se lançou das chamas para capturar outro, do povo inimigo, que lutava ao lado dos portugueses, pelo simples prazer de vê-lo morrer junto com os seus e se sentir vingado. Se o cronista português ficou espantado com a força e a coragem do tupiniquim ao se vingar do tupinambá aliado de Mem de Sá, no entanto, a fogueira humana acesa por seus compatriotas lusitanos contra os já rendidos tupiniquins não o admirou.³

*image
not
available*

o direito de ocupar. Na visão dos cronistas, os nativos eram os donos de fato, mas não de direito. Derrotados, muitos se renderam aos portugueses ou migraram para outras regiões, deslocando-se ao longo do litoral ou adentrando o sertão do continente, onde acabavam por se aliar ou se contrapor a outros povos que lá viviam. Apesar do que se costuma pensar, poucas foram as populações efetivamente extintas, e alguns grupos permaneceram nos mesmos locais, incorporando novas identidades, ou retornaram às regiões de origem após uma longa diáspora e hoje lutam pelo reconhecimento de sua identidade e por seus direitos.

As descrições desses povos nos relatos coloniais acompanham de perto as relações estabelecidas com os portugueses, ou seja, os que se apresentavam mais “amigáveis” ou propensos a alianças são descritos como “mansos” e “aparelhados”, como no caso dos tupiniquins que “senhoreavam o litoral” entre as capitanias de Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo. “Pacificados” pelos donatários, ajudaram os moradores a fazer suas roças e fazendas e prosperar:

Com este gentio tiveram os primeiros povoadores das capitanias dos Ilhéus e Porto Seguro e os do Espírito Santo, nos primeiros anos, grandes guerras e trabalhos, de quem receberam muitos danos; mas, pelo tempo adiante, vieram a fazer pazes, que se cumpriram e guardaram bem de parte a parte, e de então para agora foram os Tupiniquins mui fiéis e verdadeiros aos portugueses.⁸

Já os mais propensos à resistência e à formação de alianças com franceses ou outros indígenas são descritos como “traíçoeiros”, “belicosos”, “ferozes”. Um caso exemplar é o

*image
not
available*

externos), a conversão dos indígenas ao cristianismo, a administração da justiça e a organização militar da colônia. Esta passaria a contar com as chamadas tropas regulares, ou seja, pagas pelo monarca, equipadas com navios de guerra, armas e munições, sob o comando do governador-geral, e também com as chamadas tropas auxiliares, sob o comando dos moradores mais importantes de cada capitania. Na prática, isso significava uma política oficial de militarização da colônia e de formação de milícias pelos colonos. “Milícia”, termo tão atual, era usado na época para designar essas tropas.

Aos índios, era vetado o acesso às armas usadas pelos europeus, sendo punidos os colonos que as comercializassem. Nativos que se aliassem aos colonos deveriam ser favorecidos e receber bom tratamento por parte do governador, sendo proibido escravizá-los. Já os que representassem um empecilho ao avanço colonial deveriam ser duramente combatidos e castigados.

Durante sua permanência na colônia, Tomé de Sousa esforçou-se para não repetir os erros de Francisco Pereira Coutinho. Construiu os alicerces da colonização e, pelo que consta, teria sido generoso com os aliados indígenas. Deve ser verdade, porque, de outro modo, se não chegasse de forma branda, não duraria.

Seu sucessor, no entanto, exacerbou a violência e ampliou as inimizades com as chefias locais. Duarte da Costa tentou escravizar indiscriminadamente os nativos em vez de negociar alianças. Hostil aos tupinambás, foi atacado. Em 1555, teve início uma grande revolta que começou com cerca de cinquenta guerreiros tupinambás que puseram fogo no engenho de um colono chamado Antônio Cardoso. O governador reagiu enviando seu filho com 76 infantas e cavaleiros para destruir aldeias próximas: capturaram um chefe, libertaram

*image
not
available*

Antônio Blasquez também narra com horror a epidemia, que, da Bahia, se alastrou por Pernambuco, ao norte, e São Vicente, ao sul.¹² As suspeitas da disseminação recaíam sobre os jesuítas, considerando que a varíola havia chegado na nau que trouxera de Portugal o padre Viegas, que aportou primeiro em Ilhéus, onde começaram os casos, antes de seguir para Salvador. Mas os jesuítas negavam, afirmando “Parece mais certo ser açoite do Senhor”.¹³ Ou seja, além de enfrentarem as guerras intensificadas após a instalação do governo-geral, os indígenas precisavam sobreviver também às doenças, seguidas de fome e desespero. “Coisa comum é andarem os males acompanhados”, ponderou, no século seguinte, o cronista jesuíta Simão de Vasconcelos.¹⁴

De fato, o governo-geral parece ter se aproveitado da epidemia devastadora para declarar uma “guerra justa” contra os caetés, que viviam entre a Bahia e Pernambuco. Esse grupo deve ter sido atingido em cheio pela peste que se espalhava rápido. Bastava que, na aldeia, recebessem a visita de alguém contaminado, que poderia ser um missionário movido de boas intenções ou um indígena capturado que contraísse a doença antes de fugir de volta para a sua aldeia. Não se sabia, na época, da existência dos vírus e demais agentes infecciosos, mas a medicina já recomendava o isolamento dos doentes — algo impraticável nos aldeamentos jesuítas. Hoje, sabemos que o período de incubação da varíola é de uma semana a quase vinte dias. Isso significa que, mesmo já infectada, a pessoa poderia não apresentar sintomas e contaminar outras ao visitar aldeias, caçar ou guerrear. Foi o que aconteceu com o religioso que acompanhava o padre Viegas: se o primeiro já havia tido sintomas da varíola em Ilhéus, seu sacerdote chegou saudável a Salvador e foi visitar os aldeamentos indígenas, começando em Itaparica, contribuindo para a rápida disseminação do vírus.

*image
not
available*

Indiferente ao que se passava neste continente, o alemão Hans Staden, com seus vinte e poucos anos de idade, fazia bicos em navios como artilheiro e mercenário. Ele esteve no Brasil em duas ocasiões e nos deixou importantes relatos de suas viagens: a primeira, em 1548, partindo de Lisboa e chegando a Olinda, de onde seguiu para Açores, Lisboa e Sevilha, locais em que ficou por pouco tempo até embarcar novamente em direção à América para sua segunda viagem, em um navio espanhol que seguia para o rio da Prata e naufragou em Santa Catarina. Resgatado por portugueses, foi levado a São Vicente e, dois anos depois, graças à experiência como artilheiro no uso de arcabuzes e armas, conseguiu um trabalho no forte São Felipe, em Bertioga, região fronteira entre os tamoios — subgrupo tupinambá — e os tupiniquins, aliados dos portugueses, no litoral de São Paulo. Um dia, Staden saiu do forte para procurar um índio carijó que tomara como escravo e que não havia retornado de uma caçada. No mato, foi capturado por um grupo de guerreiros tamoios e passou nove meses como cativo numa jornada épica para sobreviver. Ao todo, sua aventura durou sete anos e meio. Em 1557, na Alemanha, lançou um livro em que relatou as experiências de sua saga na América do Sul, que logo foi publicado em diversas línguas.

Durante sua permanência no Brasil, que coincide com o período de instalação do governo-geral, Staden foi contemporâneo de outros cronistas europeus que escreveram sobre os indígenas, como o franciscano André Thevet e o calvinista Jean de Léry, assim como dos primeiros jesuítas que relataram os sucessos e insucessos da catequese iniciada ao redor das vilas e das povoações estabelecidas pelos portugueses. Essa nova leva de cronistas reacendeu o debate na Europa sobre os povos ameríndios, sua organização social, suas

*image
not
available*

de Staden, que precisou saltar pela aldeia sob risadas e gritos: “Aí vem a nossa comida pulando”.²³

No segundo encontro entre o aventureiro e o principal, por volta do dia 14 de agosto de 1554, os tupinambás haviam partido em uma expedição de guerra contra os portugueses e os tupiniquins. O ponto de encontro foi a entrada da aldeia de Ubatuba, onde Staden era prisioneiro. Já conhecido por ser medroso, ele havia pedido para ficar na aldeia e não ir à guerra, e o chefe que o detinha havia concordado. Mas Cunhambebe se opôs e ordenou que Staden integrasse a expedição guerreira, ao todo com 38 canoas com dezoito guerreiros tamoios em cada uma. Staden relatou que Cunhambebe conduziu o grupo a um acampamento na mata, onde discursou na noite anterior ao ataque sobre a importância dos sonhos que teriam. “À noite, o chefe Cunhambebe, a chamado, passou pelo acampamento na mata e disse que eram chegados agora perto da terra dos inimigos, e todos se lembrassem do sonho que acaso tivessem durante a noite, e que procurassem ter sonhos felizes.”²⁴

Na costa, a caminho de Bertioga, encontraram cinco canoas dos tupiniquins, com alguns mamelucos (numa canoa, Staden contou seis) filhos de portugueses com mulheres ameríndias. Foi uma guerra no mar, registrada no livro de Hans Staden em gravuras da época que retratam as cenas do combate: os guerreiros se enfrentavam em pé, com grande habilidade; alguns remando, outros lançando flechas. Um dos mortos se chamava Jorge Ferreira, era filho de um capitão português “com uma selvagem”. Encerrada a batalha, alguns inimigos foram mortos e devorados ali mesmo; os demais foram conduzidos para as aldeias dos vencedores como prisioneiros.

Durante a viagem de volta dessa batalha, Staden foi até Cunhambebe perguntar o que ele pretendia fazer com os

*image
not
available*

adversários tinham ponta de madeira, lascas de taquara, rabo de arraia, ossos de animais e dentes de tubarão. Jean de Léry diz que os nativos atiravam uma dúzia de flechas, enquanto um inglês atirava seis, e os ingleses eram tidos como os melhores arqueiros da Europa. Claude d'Abbeville, capuchinho francês que viveu com os tupinambás em São Luís, conta que estes eram tão rápidos que atiravam seis flechas enquanto os arqueiros franceses lançavam três. E eram bons de mira.²⁹ Pero de Magalhães Gândavo relata: “Andam tão exercitados que de maravilha erram a coisa que apontem por difícil que seja de acertar”.³⁰ Com arcos e flechas, os indígenas eram, para o cronista português, arriscados e atrevidos, como se sempre tivessem certa a vitória. “Suas armas são arcos e flechas, e nestas são tão destros que podem acertar um mosquito voando”, descreve, com exagero, Simão de Vasconcelos, cronista jesuíta do século XVII.³¹

No corpo a corpo, a principal arma era a borduna (ver nota aqui), que, ainda hoje, é muito popular entre alguns povos, como os xavantes e os caiapós. Era uma arma poderosa no combate direto, inclusive, podendo ser mais eficiente que a espada, e era usada nos rituais antropofágicos para a execução de prisioneiros — nesse caso, tinha decorações e formas específicas e o nome de ibirapema, famosa nos relatos dos cronistas. Com um golpe, quebrava o crânio do adversário, e assim era feita a execução: sempre com um único golpe mortal. Conforme descreve Léry, citado por Fernandes, “é afiado como um machado, cortando como este por ser de madeira dura e pesada como o bucho. E são tão hábeis, quando enraivecidos, no manejo do tacape, que dois de nossos mais destros espadachins teriam dificuldade em haver-se com um tupinambá”.³²

*image
not
available*

André Thevet, em sua experiência na França Antártica, conta que os escudos indígenas feitos de couro de anta poderiam aguentar um tiro de arcabuz. Conta também de uma vitória dos tamoios contra um navio português:

*Antes da chegada da expedição francesa ao Brasil, os selvagens haviam aprisionado um navio português (que se achava atirado a qualquer sítio da praia), apesar da resistência que ofereceram os tripulantes, empregando até a artilharia. Apresada a embarcação, foram os homens devorados, exceto alguns deles, resgatados pelos franceses.*³⁵

Em um amplo ensaio para desmitificar a ideia de superioridade militar europeia na expansão nas Américas, na Ásia e no continente africano, o cientista político Jason Sharman considera que nem os efeitos da magia nas guerras indígenas contra a invasão europeia podem ser desconsiderados. São exemplos de guerrilhas anticoloniais vitoriosas em várias partes do mundo no século passado, como os rituais de proteção do corpo contra balas de revólver no contexto africano,³⁶ e também inúmeros relatos paralelos, no Brasil, da mobilização de seres não humanos e feitiços ao enfrentar armas modernas. Para conseguir retomar sua terra ancestral invadida por grileiros, os xavantes, povo que vive no cerrado de Mato Grosso, usaram um pó mágico que os deixou invisíveis aos inimigos, permitindo que invadissem trincheiras e roubassem ou desativassem as armas. Invariavelmente, antes de proceder a uma ação de retomada de um *tekohá* (lugar sagrado), os guaranis-kaiowás, em Mato Grosso do Sul, fazem rezas e demandam a proteção dos pajés. São diversas as potencialidades espirituais utilizadas nas guerras que os europeus e os brancos, até hoje, não conseguem manejar.

*image
not
available*

Após Duarte da Costa iniciar o massacre dos tupinambás na Bahia, depois da epidemia de 1552, e tecer alianças com os próprios indígenas, Mem de Sá passou a colocar em prática o projeto de formar exércitos com guerreiros recentemente tornados aliados para atacar inimigos.

Em 1558, houve duas grandes rebeliões indígenas, uma no Espírito Santo e outra em Ilhéus. Em Ilhéus, os tupiniquins se revoltaram, atacaram e queimaram engenhos, inicialmente para vingar dois dos seus que haviam sido mortos pelos portugueses. Quando foram atacar a pequena povoação portuguesa, caíram numa emboscada armada por Mem de Sá com os tupinambás recém-capturados como aliados, sobreviventes da região de Salvador — inimigos tradicionais dos tupiniquins do sul da Bahia, mobilizados e armados pelos portugueses para o massacre. Alguns anos antes, Tomé de Sousa havia recebido a recomendação do rei de Portugal, dom João III, de usar os tupiniquins em ataques aos tupinambás em Salvador e no Recôncavo, na região do Paraguaçu.⁴ Em 1559, a campanha de Mem de Sá contra os tupiniquins foi ainda mais sangrenta, conforme relato do próprio, talvez com números exagerados para se vangloriar do que hoje chamamos de genocídio:

[...] fui com pouca gente que me seguiu e na noite que entrei nos Ilheus [sic] fui a pé dar em uma aldeia que estava sete léguas da vila em um alto morro (pequeno), todo cercado d'água ao redor das lagoas, e as passamos com muito trabalho e ante manhã duas horas dei na aldeia e destruí e matei todos os que quiseram resistir, e a vinda vim queimando e destruindo todas as aldeias que ficavam atrás e por se o gentio ajuntar e me vir seguindo do longo da praia lhe fiz algumas ciladas onde os cerquei e lhes foi forçado deitarem-se a nado ao mar costa

*image
not
available*

existência a que o processo colonial tentou pôr fim. Um sentido profundo da ideia de que existir é resistir, um dos principais lemas do movimento indígena contemporâneo.

Atualmente, a região exata onde ocorreu o massacre está fora dos limites da Terra Indígena Tupinambá de Olivença, que está em processo de demarcação. A memória do povo hoje reflete que o efeito desse acontecimento do passado foi mudar a lógica das guerras, segundo conta Babau Tupinambá:

Nossa história conta que os mortos foram homens; as índias sobreviveram e se refugiaram na floresta com as crianças, formando as aldeias no interior, como aqui na serra do Padeiro. As crianças cresceram para manter a luta, e por anos os tupinambás foram liderados por mulheres. Foi uma transição de luta: quando as mulheres passaram a liderar.

A guerra não acabou, mas seu sentido e a forma de guerrear mudaram: “Nossa guerra contra a colonização hoje em dia é para que a nossa mente não seja dominada pelo colonizador”.

Mais ao sul, no Espírito Santo, uma aliança entre os uitaacás ou goitacases e os tupiniquins havia também destruído a capitania, queimado os engenhos e matado alguns dos colonos, no mesmo ano de 1558. Mem de Sá enviou seu filho Fernão de Sá com seis velas e duzentos homens, entrando pelo rio Cricaré, “onde o gentio fazia e tinha feito muito dano e mortos [sic] muitos cristãos”.⁷ Dessa vez, uma flechada matou Fernão de Sá. Baltasar de Sá, sobrinho do governador, continuou a campanha militar no Cricaré. Após a guerra contra os franceses no Rio de Janeiro, Mem de Sá passou pela capitania e consolidou a conquista. Em seguida, escreveu, orgulhoso: “[...] assosseguei o gentio que quis paz e os que não quiseram foram castigados e mortos”. E ainda: “É cumprida depois a missão de

*image
not
available*

aliança tupiniquim-tamoio cercou a vila, que resistiu por dois dias, cortando suprimentos e desferindo ataques. Anchieta relatou com satisfação que o sobrinho rebelde de Tibiriçá, Jaguaranho, ou “Cão Selvagem”, foi morto por uma flecha durante o ataque, “dando-lhe a paga que ele nos queria dar pela doutrina que lhe havíamos ensinado e pelas boas obras que lhe tínhamos feito”.¹⁴ Contou ainda, satisfeito com o sangue que jorrava dos inimigos, que Tibiriçá, convertido em aliado e protetor dos jesuítas, esmagou diversos crânios na execução de inimigos.

Não haveria como os paulistas e os jesuítas resistirem aos tupiniquins e aos tamoios, não fosse a força dos tupiniquins liderados por Tibiriçá. Anchieta reconheceu, escreve John Hemming, que, se Tibiriçá tivesse aderido ao levante anticolonial, a maioria dos indígenas aldeados o teria seguido. Possivelmente, esse teria sido o fim da vila de São Paulo de Piratininga. Em longa análise sobre a história indígena na região, John Manuel Monteiro conclui: “A guerra causou sérios danos para ambos os lados, afetando de forma mais aguda os índios que atacavam do que os que defendiam São Paulo”.¹⁵ Simão de Vasconcelos ponderou que Deus costuma tirar do mal o bem e que assim agiu em relação a essa guerra “porque ficaram mais firmes na fé os índios que já eram cristãos, mais desejosos de o ser os que o não eram, e com maior conforto de sua instrução, porque com medo dos contrários eram forçados deixar os sítios alongados, e vir viver dentro da cerca de Piratininga”.¹⁶

Tibiriçá, que guerreou contra seu próprio povo e seus parentes para defender os jesuítas e os portugueses, morreu logo em seguida, no fim de 1562, em decorrência da mortal varíola trazida por seus aliados, que matou milhares de ameríndios na costa ao longo de 1563.